

PORTARIA N. 16, de 24 de agosto de 2018

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL N. 097.2018.208

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, por intermédio do Procurador signatário, no exercício de suas atribuições legais e constitucionais;

CONSIDERANDO que este Procurador tomou conhecimento de situações que, caso confirmadas, representarão irregularidades administrativas que contrariam o Princípio da Transparência, notadamente a divulgação das remunerações dos servidores públicos municipais indicando apenas os números de suas matrículas funcionais;

CONSIDERANDO que a divulgação apenas dos números de matrícula dos servidores dificulta o controle social;

CONSIDERANDO que o STF decidiu, no “*tema 483 da repercussão geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso extraordinário, fixando-se a tese de que é legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração Pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias*” (ARE 652777/SP);

CONSIDERANDO que o CNJ exige que seja feita a “*identificação individualizada e nominal dos beneficiados*” (art. 6º, inciso VI, alínea “d” da Resolução n. 215, de 16/12/2015 do CNJ);

CONSIDERANDO que o CNMP exige que seja feita publicação de “*remuneração e proventos percebidos por todos os membros e servidores ativos, inativos, pensionistas e colaboradores do órgão, incluindo-se as indenizações e outros valores pagos a qualquer título, bem como os descontos legais, com identificação individualizada e nominal do beneficiário e da unidade na qual efetivamente presta serviços*” (art. 7º, inciso VII, da Resolução n. 89 de 28/08/12 do CNMP);

RESOLVE, com fundamento nos arts. 127, *caput*, e 129, II e III, da Constituição República e no art. 2º, II, da Resolução n. MPC - MG n. 07/2013, INSTAURAR o presente **INQUÉRITO CIVIL**, determinando, desde logo, a expedição de ofício ao atual Prefeito de Coração de Jesus, **requisitando** que apresente:

- a) o esclarecimento se a página eletrônica da Transparência do Município de Coração de Jesus (disponibilidade no endereço virtual: <http://cidadesmg.com.br/portaltransparencia/faces/user/portal.xhtml?Param=CoracaoDeJes>) foi elaborada por servidores públicos do próprio Município ou por alguma empresa contratada com essa finalidade;
- a.1) na hipótese de ter sido elaborada por servidores do próprio Município, deve ser apresentada a “Ordem de Serviço”, bem como devem ser indicados os nomes completos dos executores, seus CPF e apresentadas cópias dos seus atos de nomeação, de posse e, caso seus desligamentos já tenham ocorrido, os seus termos de exoneração;

a.2) na hipótese de a página eletrônica da Transparência do Município de Coração de Jesus ter sido elaborada por alguma empresa contratada, deve ser apresentada cópia integral do processo licitatório (ou da dispensa de licitação) a partir da qual foi firmada a contratação de tal empresa. Deve ser apresentada também cópia do respectivo contrato administrativo (incluindo seus anexos) e termos aditivos (se houver);

b) ainda na hipótese de a página eletrônica da Transparência do Município de Coração de Jesus ter sido elaborada por alguma empresa contratada para tal fim, deve ser apresentada cópia de todas as notas de empenho decorrentes (acompanhada da documentação instrutória completa de cada uma delas).

Fixo o prazo de 10 (dez) dias para o cumprimento da diligência, consoante autoriza o art. 26, I, “b”, da Lei n. 8.625/1993.

Publique-se.

Cumpra-se.

Belo Horizonte-MG, 11 de setembro de 2018.

Glaydson Santo Soprani Massaria